

15 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA

Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS

Até o ano de 2000 o CNDRS desenvolveu ações com destaque para a implantação dos Conselhos Estaduais. Nesse sentido, visitou estados, e participou de reuniões com governadores, movimentos sociais e produtores rurais.

Atuou, também, em conjunto com a Secretaria de Reforma Agrária – SRA, na discussão e elaboração do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (Resolução CNDRS n.º 14 de 07/03/01), no Programa de Arrendamento e Parceria (Decreto n.º 3993 de 30/10/01), no Programa do Jovem Agricultor Empreendedor (Resolução n.º 21 de 10/10/01), no Documento de Política Nacional de Assistência Técnica (Resolução n.º 26 de 28/11/01).

Juntamente com a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, participou da construção do Processo de Capacitação de conselheiros municipais e, em conjunto com a SAF e INCRA, da elaboração das Estratégias de Desenvolvimento Rural Articuladas.

Foram instaladas 05 Câmaras Técnicas Permanentes: 1 - Crédito Rural; 2 - Assistência Técnica, Extensão Rural, Pesquisa e Capacitação; 3 - Política Fundiária; 4 - Políticas Sociais; 5 - Desenvolvimento Local, Organização da Produção e Geração de Renda na Agricultura Familiar, e 01 Câmara Técnica Temporária: Orçamento.

Como a principal finalidade do CNDRS é deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, e, uma vez que o desenvolvimento de suas atividades ainda não privilegiava de forma satisfatória a elaboração do Plano, o Conselho foi novamente reformulado pelo Decreto n.º 3.992 de 30 de outubro de 2001. A partir de então, todas as ações estão voltadas para o PNDRS. Com a mudança, também foram reformuladas as Câmaras Técnicas.

A partir de 2001, o Conselho definiu que seriam criadas três Câmaras Técnicas Permanentes: Fortalecimento da Agricultura Familiar, Acesso à Terra e Diversificação das Economias Rurais.

Em 2002, em função de inúmeras solicitações, o CNDRS criou, em caráter temporário, a Câmara Técnica de Educação Rural.

Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - PNDRS

O PNDRS deve ser entendido como um plano que deverá oferecer novas e melhores perspectivas aos 4.500 municípios rurais, nos quais viviam quase 52 milhões de habitantes em 2001. Ou seja, não pode ser um plano que se limite a diretrizes, objetivos e metas de caráter essencialmente fundiário e creditício, como ocorre com os Programas de Reforma Agrária, Banco da Terra, PRONAF e Proger-rural, mesmo que alguns contenham "linhas de ação" de outra natureza. Um plano de desenvolvimento para os 4.500 municípios rurais deverá conter também outras diretrizes, objetivos e metas que favoreçam sinergias entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Diretrizes, objetivos e metas que promovam todas as formas de empreendedorismo que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios.

Para que o desenvolvimento do Brasil rural possa ter esse Plano, o CNDRS optou pelo planejamento participativo, que tem a virtude de ser simultaneamente pedagógico e legitimador.

Foi constituída, no início do exercício de 2002, uma comissão organizadora, com a incumbência, por sua vez, de inaugurar uma rede dedicada à discussão do desenvolvimento do Brasil rural, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis, mas dando ênfase ao uso da Internet para divulgação de informações, promoção de debates e trocas de experiências, visando o aprofundamento das discussões.

Subsídios essenciais para esse processo já foram lançados nos dois primeiros números da "Série Textos para Discussão", publicados pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), e disponibilizados no portal deste órgão.

Os debates foram iniciados desde janeiro/02, junto aos conselheiros dos 17 Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, com as contribuições sendo recebidas pela Secretaria do CNDRS, o que possibilitou, ainda no primeiro semestre, o lançamento de um esboço preliminar do Plano, que foi amplamente divulgado e debatido durante os meses seguintes, especialmente pelos Conselhos Estaduais.

Já foram preparadas, coletivamente, 3 (três) versões desse que será o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Brasil Rural, com a última versão sendo submetida a uma ampla Conferência Nacional, realizada em Brasília, com aprovação pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 4 de dezembro de 2002.

Dentro desta programação será atendido o desafio de se implantar, para 2003, um plano que possa realmente ajudar as regiões rurais a garantir bem-estar e cidadania aos que nelas preferirem viver. Um plano que facilite o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida mais diretamente relacionados com a natureza. Um plano que ajude a assegurar digna existência e sadia qualidade de vida aos que prefiram habitar e/ou trabalhar fora das aglomerações metropolitanas e grandes centros urbanos. Um plano que ajude a conservar e realimentar a fonte de recursos naturais do crescimento econômico, promovendo simultaneamente a justa repartição dos benefícios alcançados, em conformidade com os ideais da Agenda 21 das Nações Unidas. Um plano voltado para o efetivo respeito de cinco princípios constitucionais da atividade econômica: busca do pleno emprego, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades regionais e sociais, função social da propriedade, e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Secretaria de Reforma Agrária – SRA

Ainda em seus primeiros anos de existência, a SRA continua sua busca no sentido de dinamizar as relações entre Estados, Municípios e Comunidades Assentadas, criando e apoiando iniciativas que ajudem a combater a pobreza e a exclusão social em áreas de assentamento.

Dentre as ações implementadas neste sentido destacamos, a seguir, as Agências Regionais de Comercialização - ARCO's, o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – PCPR e o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS.

Agências Regionais de Comercialização - ARCO's

O Programa ARCO, hoje presente em quase todo território nacional (vide quadro), aplicou em 2002, na sua consolidação, montante de recursos na ordem de R\$ 2.700.000,00, seguindo a estratégia de execução descentralizada, fazendo com que organizações dos próprios Assentados e Agricultores Familiares assumam a organização e coordenação das ações.



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
SECRETARIA DE REFORMA AGRÁRIA - SRA

PROGRAMA ARCO's

Região	UF	ARCO	Região	Nº Mun.	PA's	AF's	Assentados
Centro Oeste	DF	ARCODEFE	Entorno do DF	42	102	53.413	8.368
	MS	ARCOCENTRO	Sidrolândia	8	29	5.206	3.512
		ARCOPAN	Pantanal	9	22	5.981	2.699
		ARCOPORÃ	Fronteira	9	12	7.803	2.033
	MT	ARCO MEDIO NORTE	Médio Norte	10	30	7.000	5.379
		ARCONOROESTE	Noroeste	7	8	10.000	3.597
Nordeste	AL	ARCORAL	Litoral Norte Alagoas	7	24	2.294	2.093
		ARCOSERTÃO	Sertão Alagoano	15	9	522	270
	BA	AGESUL	Baixo Sul	50	83	9.670	13.650
		ARCO ITAMARAJU	Extremo Sul da BA	23	35	2.800	2.791
	MA	ARCO-MÉDIO MEARIM	Médio Mearim	20	93	12.308	2.270
		ARCOIPZ	Região Tocantina	32	59	43.000	14.700
	PB	ARCOLSUL	Litoral Sul	5	31	5.000	5.103
	PE	AGROMESF	Submédio São Francisco	8	28	2.800	2.860
		ARCONORTE	Zona da Mata Norte	22	25	12.000	1.500
	PI	ARCOSUL	Zona da Mata Sul	20	56	2000	2.820
		ARCO VALE	Médio Parnaíba	12	61	3.000	3.489
	RN	ARCO OESTE	Rio Grande do Norte	10	74	2.020	4.226
		ARCOSERIDÓ	Seridó	7	20	1.770	547
	SE	ARCO POÇO	Sertão Sergipano	8	36	2.313	5.577
Norte	AC	ARCOACRE	Microregião do Médio Acre	14	41	13.455	6.562
	AM	ARCOSOL	Alto Solimões	9	4	667	337
		ARCOAM	Entorno de Manaus	9	13	2.650	4.719
	AP	ARCO MACAPA	Região de Tartarugalzinho	6	20	2.670	2.777
	PA	ARCASU	Sul e Sudeste	38	320	80.000	49.285
		ARCONEP	Nordeste Paraense	18	41	13.906	11.214
Sudeste	RO	ARCO-TUCUMÃ	Estado Rondônia	52	115	42.000	25.854
	ES	ARCO-ES	Norte do Espírito Santo	11	32	4.047	1.384
	SP	ARCO-SUDOESTE	Sudoeste do Estado	17	10	1.200	495
Sul	PR	ARCO PROCOPIO	Norte	31	29	350	1.099
		ARCO CURITIBA	Metropolitana	31	2	950	225
		ARCO UMUARAMA	Noroeste	32	1	450	50
		ARCO BELTRÃO	Sudoeste	33	16	1.100	712
	RS	ARCOCAF	Norte do RS	124	100	120.000	3.500
	SC	ARCO CONTESTADO	Norte do Estado	16	30	10.000	572
TOTAL	35			765	1611	484.345	196.269

As linhas de ação do programa são: Assessoramento Direto na Realização de Negócios; Mapeamento das Cadeias Produtivas Regionais; Comitês de Gestão de Cadeias Produtivas; Estudo e Monitoramento do Agronegócio; Mobilização, Organização e Capacitação; Articulação da Oferta de Serviços de Assistência Técnica; Articulação de Demandas de Pesquisa e Difusão de Tecnologias; e suporte às ações de apoio ao processo de Certificação Orgânica em áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – PCPR

O Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural é objeto de um Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial, BIRD 7037-BR, firmado em 16 de julho de 2001 e considerado efetivo em 16 de outubro do mesmo ano. No Acordo, previa-se beneficiar 50.000 famílias com o acesso à terra e o financiamento dos investimentos comunitários nas áreas adquiridas no período estimado de três anos. As dificuldades de ordem orçamentária e financeira, e ainda, a concretização dos acordos com os agentes financeiros, retardaram a execução do Projeto cujas ações só se iniciaram, de fato, em junho de 2002.

O Desempenho do Projeto

Até 31 de dezembro de 2002, o projeto beneficiou 4.066 famílias beneficiadas; aplicando recursos no montante de R\$ 17.153.000 para a aquisição de terras, oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, complementados com R\$ 27.445.000 provenientes do Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial. Esses recursos já constavam do orçamento de 2001, inscritos em Restos a Pagar e utilizados em 2002.

Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS

A Secretaria de Reforma Agrária vem trabalhando na institucionalização do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS em regiões prioritárias, com a finalidade de promover ações de mobilização, sensibilização e articulação dos atores sociais nessas regiões.

Conforme programação de trabalho, foram realizadas atividades de mobilização junto aos Superintendentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando à retomada de ações para a elaboração dos PDRS nos Estados São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre e Bahia.

Os principais objetivos alcançados com a programação, acima referida, além do comprometimento do INCRA, foram os seguintes: São Paulo - redefinida a área de atuação por parte do INCRA; Paraná - definida a área de atuação do programa por parte do INCRA; Mato Grosso do Sul – definido o grupo de técnicos do INCRA para atualização do PDRS/MS; Bahia – definido o assegurador do INCRA no Estado para a implementação de ações de incorporação de atividades de acesso a terra; Acre – definida a área de atuação em conjunto com o INCRA e com os atores locais que vêm construindo o PDRS; e, Rondônia - definidos a área de atuação e o assegurador por parte do INCRA.

RELAÇÃO DOS PDRS EM 2002

ESTADO	REGIÃO	OBSERVAÇÕES
1-MATO GROSSO DO SUL	SUL DO ESTADO	PLANO COMPLETO
2-PERNAMBUCO	MÉDIO SÃO FRANCISCO	PLANO COMPLETO
3-PARAIBA	CARIRI PARAIBANO	PLANO COMPLETO
4-SERGIPE	XINGÓ	PLANO COMPLETO
5-ALAGOAS	MATA NORTE	PLANO COMPLETO
6-PARANÁ	NOROESTE E SUDESTE	PLANO COMPLETO
7-MINAS GERAIS	TRIANGULO MINEIRO	PLANO COMPLETO
8-MINAS GERAIS	REGIÃO NORTE	PLANO COMPLETO
9-BAHIA	SUL CACAUEIRO	PLANO COMPLETO
10-BAHIA	SUDESTE BAHIANO	PLANO COMPLETO
11-ACRE	VALE DO RIO ACRE	EM ELABORAÇÃO
12-PARÁ	SUL DO PARA (MARABA)	ARTICULAÇÃO
13-PARÁ	REGIÃO DE TUCURUÍ	ARTICULAÇÃO
14-DF/ENTORNO	DF/ENTORNO	ARTICULAÇÃO
15-MARANHÃO	BICO DO PAPAGAIO	ARTICULAÇÃO
16-RIO GRA. DO NORTE	SERIDÓ	PLANO COMPLETO
17-TOCANTINS	REGIÃO NORTE	ARTICULAÇÃO
18-GOIAS	NOROESTE	ARTICULAÇÃO
19-ESPIRITO SANTO	REGIÃO NORTE	ARTICULAÇÃO
20-MATO GROSSO	REGIÃO NOROESTE	ARTICULAÇÃO
21-RONDÔNIA	REGIÃO DE OURO PRETO	ARTICULAÇÃO
22-SÃO PAULO	NOROESTE E CENTROOESTE	ARTICULAÇÃO

Os Estados do RS, SC, RJ, PI, AP, AM e RR estão sendo sensibilizados para iniciarem o processo de construção de diagnósticos.

Secretaria de Agricultura Familiar - SAF

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF

Criado em 1996, o PRONAF é hoje um dos Programas Estratégicos integrantes do PPA 2000-2003, tendo se firmado como um dos principais programas federais que atuam na promoção do desenvolvimento local. Para tanto, coordena um amplo leque de ações de apoio aos agricultores familiares, que são, hoje, cerca de 4,14 milhões de unidades produtivas, que representam 85% do número e 30% da área total dos estabelecimentos agropecuários, respondem por 77% das ocupações no meio rural e por 38% do valor bruto da produção agropecuária.

Além da importância produtiva (alimentos e matérias-primas para cosméticos e medicamentos), a agricultura familiar é importante elemento de dinamização do desenvolvimento local, sendo responsável pela criação de ocupações produtivas a baixo custo e atendendo a novas demandas e exigências dos consumidores urbanos (produtos orgânicos, ecológicos ou naturais). Esse setor é também responsável pela reprodução de valores e tradições locais e ainda pelo acesso, uso e conservação do ambiente, da paisagem e dos mananciais hídricos. Diversos estudos têm apontado a tendência de diversificação das atividades econômicas dos agricultores familiares, como os produtos e serviços relacionados ao turismo.

O ponto marcante na implementação do PRONAF diz respeito à gestão social das ações, concretizada pela participação dos beneficiários e pela descentralização de todas as etapas do processo de execução. Este procedimento garante transparência, a efetiva participação dos beneficiários, culminando por garantir maior abrangência dos resultados das ações.

A Gerência do Programa encontra-se na SAF/MDA, atuando na coordenação de um conjunto de ações elaboradas e implementadas em estreita parceria com Governos Estaduais, Municípios, ONGs voltadas ao desenvolvimento rural, organizações representativas do público-alvo e agentes financeiros. Hoje, o PRONAF conta com três principais ações: Apoio financeiro a projetos de Infra-estrutura e serviços municipais, Capacitação de agricultor familiar e Crédito rural.

Apoio financeiro a projetos de Infra-estrutura e serviços municipais

Esta ação apoia projetos de municípios selecionados segundo critérios definidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS, que se baseia no tamanho da população, na concentração de agricultores familiares, valor da produção local e dois outros complementares, Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e participação no Programa Comunidade Ativa.

Os municípios cuja base econômica é a agricultura familiar, para receber o apoio financeiro, tem que formar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS que elaboram os Planos de Desenvolvimento Municipal Rural - PMDRs. Com base nestes planos, elaboram-se os projetos que são enviados às Secretarias Executivas Estaduais do PRONAF, para análise de viabilidade técnica, aprovados nesta instância, as propostas ainda passam por uma revisão na SAF/MDA.

Cada município recebe recursos não-reembolsáveis entre de R\$125 mil a R\$ 150 mil por ano, durante até quatro anos, aplicados segundo Plano elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Em 2002, está se iniciando uma nova modalidade de execução, em caráter complementar à primeira, que consiste no apoio a projetos de desenvolvimento regional apresentados por consórcios ou associações de municípios.

Em 2002, foram habilitados 1.360 projetos municipais e 30 de consórcios intermunicipais, no valor global de R\$ 177,8 milhões. Cabe ressaltar que a Lei Eleitoral, que veda a transferência de recursos entre as unidades da federação três meses antes do pleito, dificultou a formalização dos convênios, sendo que havia a capacidade para atender 1.529 municípios cujos projetos já tinham sido aprovados.

Capacitação de Agricultores Familiares

Esta ação tem a finalidade de promover a capacitação dos agricultores familiares e de suas organizações e parceiros de modo a proporcionar-lhes os conhecimentos, habilidades e as tecnologias indispensáveis ao processo de produção, beneficiamento, agroindustrialização e comercialização, assim como à elaboração e ao acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável. Para alcance dos objetivos é feito o treinamento de agricultores familiares diretamente e/ou membros dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável para que estes funcionem como multiplicadores.

Neste ano, a SAF inovou a execução da ação de capacitação, atendendo à aspiração da sociedade por transparência das ações do estado. Por meio de dois Termos de Referência, foram estabelecidos critérios: prazos, documentos necessários, formas de apresentação, limitações sobre área de abrangência e número de projetos por entidade, tema, público e conteúdos prioritários e metodologia que foram considerados para a contratação das instituições que iriam executar os cursos, dentro dos 11 eixos temáticos definidos, após debates com o público envolvido, eliminando a prática do balcão, onde a intermediação vence o mérito dos projetos. Dos 620 projetos, foram pré-selecionados 147, dos quais 99 foram contratados.

De um orçamento total de R\$ 37,9 milhões para implementação dos projetos foram disponibilizados R\$ 23,3 milhões. Com esse recurso, foram firmados convênios com 92 instituições para a capacitação de 252.903 pessoas (206.622 agricultores familiares e técnicos e 46.281 Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável).

Crédito Rural

A linha de crédito rural do PRONAF visa financiar, com baixas taxas de juros, a produção rural agrícola e não-agrícola dos agricultores familiares, com crédito de custeio, investimento e agregação de renda. Os financiamentos podem ser individuais, grupais ou coletivos. As principais fontes de recursos utilizados são: Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, Fundos Constitucionais do Nordeste, Norte e Centro-Oeste, Orçamento Geral da União – OGU, Exigibilidades Bancárias (MCR – 6.2) e Recursos Próprios dos Bancos Cooperativos.

No período 1996 – 2002, foram contratadas mais de 5,2 milhões de operações de crédito através do Pronaf, resultando na aplicação de recursos em torno de 12,7 bilhões, beneficiando anualmente 1,3 milhões de famílias, cujo desempenho é ilustrado pelo quadro abaixo.

ANO	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR APLICADO (R\$ 1.000,00)
1996	332.827	649.796
1997	496.550	1.637.440
1998	709.906	1.814.972
1999	802.849	1.829.732
2000	969.727	2.188.655
2001	909.802	2.151.068
2002	951.876	2.398.839
TOTAL	5.173.537	12.670.502

Na safra agrícola 2001/2002 foram disponibilizados R\$ 4,1 bilhões de reais, dos quais somente 52% foram efetivamente aplicados. Isto se deveu à demora na publicação das portarias de equalização dos valores destinados aos vários agentes financeiros, liberação tardia dos recursos aos agricultores; falta de assistência técnica e extensão rural, rigor dos agentes financeiros nas exigências bancárias, em especial quanto às garantias; falta de atratividade para os agentes financeiros na aplicação de recursos de exigibilidades bancárias.

Para o período 2002/2003 os recursos disponibilizados/orçados foram mantidos no patamar da safra anterior, tanto para o custeio como para investimentos.

O principal entrave na aplicação do crédito rural tem sido a falta de um serviço de assistência técnica e extensão rural com a cobertura e a qualidade necessária, o que decorre da inexistência de uma política federal de apoio a essas atividades. Em vista disto, encontra-se em discussão no Conselho Nacional de

Desenvolvimento Rural Sustentável - CNDRS uma política de assistência técnica e extensão rural exclusiva para a agricultura familiar.

Paralelamente, outras medidas foram e estão sendo tomadas para garantir a aplicação dos recursos, as quais podem ser traduzidas nos seguintes tópicos: estímulo à criação de fundos garantidores; dispensa do projeto técnico para investimento que envolve técnicas simples e de domínio do agricultor; mudanças nas regras do crédito, tais como equiparação dos encargos dos Fundos Constitucionais ao Pronaf; maior divulgação do Programa através de publicações de cartilhas educativas e utilização de outros meios de comunicação; credenciamento de novas entidades para o fornecimento de “Declaração de Aptidão” e ações do CNDRS através de suas Câmaras Técnicas.

As principais alterações nas regras do crédito negociadas para a safra 2002/2003, estabelecidas com a finalidade de aperfeiçoar esse instrumento, foram: elevação dos valores dos financiamentos do Grupo “A”, de R\$ 12 mil para R\$ 13 mil, e elevação do rebate de 40% para 45%, com valor adicionado de R\$ 1 mil destinado ao pagamento exclusivo da assistência técnica por um período de 4 anos; aplicação, nos financiamentos do Grupo “B”, de rebate de 40% sobre cada parcela paga até a data de seu vencimento; a criação de um sobreteto de até 50% nos valores dos financiamentos de custeio e investimento para os agricultores familiares do Grupo “C” destinados à ovinocultura, avicultura e suinocultura desenvolvidos fora do regime de parceria e integração, e para os agricultores em fase de transição para produção orgânica.

Ressalta-se, ainda, a regulamentação das regras – definidas em 2001 – para renegociação das dívidas dos agricultores familiares, em especial dos assentados em projetos de reforma agrária, o que possibilitará aos agricultores terem sua situação bancária regularizada e condições de acesso a novas operações de crédito.

PRONAF Florestal

É uma linha de crédito de investimento para silvicultura e sistemas agro-florestais, instituída pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA. O objetivo desta iniciativa é estimular os agricultores familiares à prática de sistemas silviculturais e agro-florestais, inicialmente, nas áreas definidas como prioritárias no Bioma Mata Atlântica.

Para a implantação dos projetos e a regularização ambiental dos estabelecimentos, os agricultores familiares contarão com serviços específicos de assistência técnica obrigatória, garantida durante o tempo necessário à fase de implantação do projeto. Os serviços serão, inicialmente, contratados via edital específico do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, aberto a ONGs, empresas estaduais de ATER, universidades, fundações, cooperativas de agricultores, associações e empresas. Importante ressaltar que no projeto de assistência técnica, o responsável deverá analisar as condições gerais da propriedade, sem descuidar das questões que se referem à preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais, recuperação do solo e da água.

A linha de crédito já está implementada, bem como as normas operacionais dos agentes financeiros, responsáveis pela concessão dos créditos aos beneficiários. Foram selecionados, a partir de critérios definidos e publicados por intermédio de instrumentos legais, em torno de 1.501 municípios localizados no Bioma Mata Atlântica que deverão ser inicialmente beneficiados pelo projeto.

Os créditos ao amparo dessa Linha de Crédito, destinam-se aos investimentos em projetos de silvicultura e sistemas agro-florestais, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento; independentemente dos limites definidos para outros investimentos ao amparo do PRONAF, observados os seguintes aspectos: até 40% do valor do crédito deve ser destinado à fase de implantação e plantio, com liberação no primeiro ano, e, o restante, destinado ao replantio, tratos culturais, controle de pragas e outras atividades de manutenção, com liberação dos recursos no segundo, terceiro e quarto anos; encargos financeiros com taxa efetiva de juros de 4% a.a. (quatro por cento ao ano); benefício de bônus de adimplência de 25% na taxa de juros para cada parcela da dívida paga até a data de seu respectivo vencimento; e, prazo de reembolso de até 12 (doze) anos, contando com carência do principal até a data do primeiro corte, acrescida de 6 (seis) meses e limitada a 8 (oito) anos.

Seguro - Safra

Instituído pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, o Seguro-Safra constitui-se em um programa de transferência de renda aos agricultores familiares da Região Nordeste, Semi-árido de Minas Gerais e norte do

Espírito Santo. Seu objetivo é dar, a estes agricultores, uma garantia de renda de até R\$ 600,00 nos períodos de estiagens que comprometam a safra das culturas de arroz, milho, algodão e feijão.

Para a implementação do Seguro-Safra, será necessária a participação das três esferas da federação, além dos próprios agricultores familiares. Assim, para que o agricultor possa aderir ao programa, é preciso que seu município tenha, previamente, formalizada a sua adesão junto ao estado que, por sua vez, tenha aderido junto à União, representada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Cada um destes atores fará uma contribuição financeira de modo a formar o Fundo Seguro-Safra, gerido por instituição financeira federal. A contribuição de cada agricultor familiar será de R\$ 6,00, o município arcará com até 3% (três por cento) do total previsto para pagamento dos benefícios em sua jurisdição e o estado fará a complementação necessária a atingir 10% (dez por cento) do total dos benefícios, aí incluídas as contribuições dos agricultores e do município. A União arcará com, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total dos benefícios previstos para aquele estado. Desta maneira, atinge-se o percentual de 30% (trinta por cento) necessário para a constituição do Fundo Seguro-Safra.

Para o ano agrícola 2002/2003, formalizaram adesão junto ao MDA nove estados. O público-alvo destes nove estados está estimado em 865.503 famílias. Em função deste número e da dotação do Orçamento Geral da União de 2003 82,3 milhões, o valor previsto para o benefício é de R\$ 475,00, pago em até seis parcelas. Nos dias 09 e 10 de outubro, foi realizada a primeira reunião do Comitê Gestor do Fundo Seguro-Safra, composto por representantes de órgãos do Governo Federal, entidade de representação dos agricultores familiares, e cada estado aderente ao Fundo. Nesta reunião, foram aprovados o Regulamento do Fundo Seguro-Safra, os critérios de seleção dos beneficiários, a distribuição de cotas entre os estados, além do fluxograma operacional e do cronograma de implementação do Seguro-Safra.

Monitoramento

O Sistema de Monitoramento desenvolvido tem por finalidade permitir o perfeito acompanhamento da implementação das ações do Programa, possibilitando correções de rumo porventura detectadas como necessárias ao alcance dos objetivos programados em cada uma das ações. Subsidiariamente, permite, ainda, verificar a qualidade dos serviços executados nos diversos projetos sob o patrocínio do PRONAF, visando garantir a transparência e o rigor na aplicação dos recursos do governo sob a gestão da SAF. Trata-se de um sistema que integra todas as ações desenvolvidas no âmbito do PRONAF, traduzindo-se em subsistemas já em operação.

Dessa forma, cada componente do Sistema de Monitoramento e Avaliação do PRONAF - SMAP fornece insumos para constituição de uma Base de Dados, não apenas sobre o Programa, como de toda a agricultura familiar, contendo informações detalhadas para o conjunto da sociedade civil, instituições e interessados em obter essas informações. O sistema se subdivide em quatro módulos:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA

Novo Mundo Rural: Assentamento de Trabalhadores Rurais

Este programa visa garantir as condições básicas de acesso do homem à terra, preconizado por dispositivos legais, como a Constituição Federal e o Estatuto da Terra, proporcionando ao beneficiário da Reforma Agrária a oportunidade de inclusão social. Materializa-se através de diversas ações, abaixo detalhadas, que proporcionaram o assentamento de 43.486 famílias de trabalhadores rurais sem terra no exercício de 2002.

REGIÃO	FAMÍLIAS	%
CENTRO - OESTE	10.007	23,02%
NORDESTE	16.582	38,13%
NORTE	12.438	28,60%
SUDESTE	2.418	5,56%
SUL	2.041	4,69%
TOTAL	43.486	100,00%

Obtenção de Terras

O processo de obtenção de terras deve ser entendido como um instrumento para viabilizar o assentamento de famílias de trabalhadores rurais, bem como incorporá-las ao processo produtivo, sendo esta, portanto, sua função básica. Cuida da edição de Decretos declaratórios de interesse social de imóveis rurais, avaliação de imóveis rurais e ajuizamento de ação expropriatória, bem como aquisição de imóveis rurais mediante compra e venda, ainda as terras públicas arrecadadas que não demandam indenização.

No exercício foram obtidos 484.571 hectares de terras via desapropriação, que representou 36,2 % da meta física estabelecidos pela Lei do Orçamento Anual de 2002. O não atingimento da meta física deveu-se a diversos fatores, destacando-se os seguintes:

- custo unitário de obtenção por hectare, previsto no orçamento era de R\$ 271,00 no entanto o custo real médio foi de R\$ 438,00 em razão da mudança de foco no processo de obtenção, priorizando-se as regiões sul e sudeste, onde se encontram localizados o maior número de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra e a maior demanda de terra;
- contingenciamento de R\$ 44,3 milhões dos recursos previstos para indenização de terra nua;
- falta de provisionamento na ordem de R\$ 23,0 milhões em recursos financeiros para atender a demanda de indenização de terra nua;
- despesas na ordem de R\$ 44,6 milhões para atendimento a decisões judiciais, referentes a ações expropriatórias ajuizadas em exercícios anteriores.

Excluindo os recursos aplicados em decisões judiciais, o saldo orçamentário previsto na Lei, impedidos de aplicação, permitiriam o assentamento de aproximadamente 5.000 famílias.

Visando acelerar o processo de obtenção de terras por compra e venda, foi descentralizada a competência na aquisição de imóveis para a alçada das Superintendências Regionais, respeitados os critérios de valores baseados nas planilhas de Preços Referenciais (Resolução CD/Nº 21, de 22 de agosto de 2002).

Com o objetivo de reduzir o volume de ações judiciais, evitando-se riscos de superindenizações por conta de juros moratórios e compensatórios, além de encargos, foi editada a Instrução Normativa nº 05, de 11 de julho de 2002, que disciplina a realização de acordos judiciais e extrajudiciais nos processos expropriatórios.

Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas

O Crédito Instalação teve seus valores individuais ampliados para R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por família e está assim caracterizado:

- Apoio à Instalação no valor de até R\$ 1.500,00 por família assentada, para aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva;
- Aquisição de Material de Construção no valor de até R\$ 3.000,00 por família assentada.

Foram concedidos créditos para apoio à instalação para 34.539 famílias, e para aquisição de material de construção para 34.910 famílias.

REGIÃO	APOIO	HABITAÇÃO (DIRETO INCRA)	HABITAÇÃO (CONVÊNIO CAIXA ECONÔMICA)	TOTAL
CENTRO-OESTE	6.200	4.553	1.971	12.724
NORDESTE	10.889	4.720	1.250	16.859
NORTE	12.871	13.559	0	26.430
SUDESTE	1.669	1.596	5.438	8.703
SUL	2.910	1.448	375	4.733
TOTAIS	34.539	25.876	9.034	69.449

Titulação de Terras

A ação de Titulação de Terras consiste na emissão de documento definitivo de propriedade da terra (Título de Domínio) ou de documento provisório (Contrato de Concessão de Uso - CCU), ambos sob cláusulas resolutivas, bem como de documento de reconhecimento do domínio (Título de Ratificação). Envolve beneficiários do Programa de Reforma Agrária em áreas de assentamento (PA) e em áreas de regularização fundiária (REG). Foram emitidos 24.112 títulos e outros 25.000 estão em fase de conclusão.

Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA

O Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, trata da sistematização de dados dos Projetos de Assentamentos, desde a criação até sua consolidação.

Em face da necessidade de se proceder estreita contabilização do número de famílias assentadas, a alimentação do SIPRA no que se refere a criação de projetos e assentamento de famílias passou a ser de competência exclusiva das Superintendências Regionais, que em função do sistema trabalhar em plataforma web, permitiu o acompanhamento e a consolidação dos dados em tempo real pela sede.

No presente exercício, o desenvolvimento do sistema possibilitou a implantação do Módulo Titulação, para emissão dos títulos de domínio, eliminando o re-trabalho de digitação de dados referentes aos beneficiários, até então existentes.

Discriminação de Terras e Áreas Irregularmente Ocupadas

A Ação Discriminação de terras devolutas e terras irregularmente ocupadas dá-se pela realização de ações discriminatórias para identificação da situação fundiária de determinada região quanto à sua ocupação.

A implementação desta ação no exercício, foi conjugada com a ação: Gerenciamento do Cadastro Rural, do Programa Gerenciamento da Estrutura Fundiária, cujos resultados lá estão consignados.

Assistência Jurídica às Famílias Acampadas

A ação de assistência jurídica às famílias acampadas tem por objetivo promover a justiça social no campo, através de convênios firmados com Associações de trabalhadores rurais, Poder Judiciário e entidades congêneres, os quais visam prestar assistência jurídica aos trabalhadores que não têm condições de arcar com os custos de ações judiciais, e ainda a criação de varas agrárias estaduais para melhor solução dos conflitos fundiários e o mais próximo possível da ocorrência dos fatos.

Identificação de Imóveis Passíveis de Desapropriação

A Ação Identificação de imóveis passíveis de desapropriação e aquisição é desenvolvida mediante um trabalho prévio de programação das Superintendências Regionais e através da realização de vistorias para levantamento de dados e informações quando são identificados os imóveis destinados à desapropriação ou à aquisição.

Topografia em Áreas de Assentamento Rural

A ação de topografia em áreas de assentamentos rurais consiste na materialização no terreno das áreas previstas na organização territorial, concebida para o projeto de assentamento (parcelas, áreas comunitárias urbanas ou de exploração agrícola comunitária, áreas inaproveitáveis, de reserva legal ou de preservação permanente, açudes, estradas).

Foram medidos e parcelados 445 projetos de assentamento, totalizando 39.783 km de poligonal, beneficiando 28.705 famílias, o que representa 77,6% da meta física estabelecida para o exercício.

REGIÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
CENTRO-OESTE	2.481
NORDESTE	14.551
NORTE	10.588
SUDESTE	229
SUL	856
TOTAL	28.705

Plano de Desenvolvimento do Assentamento

A ação Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural é desenvolvida através de um diagnóstico participativo entre a comunidade assentada e a equipe técnica responsável e a elaboração de um plano de desenvolvimento para definir os rumos do desenvolvimento do assentamento e orientar todas as ações a serem implementadas.

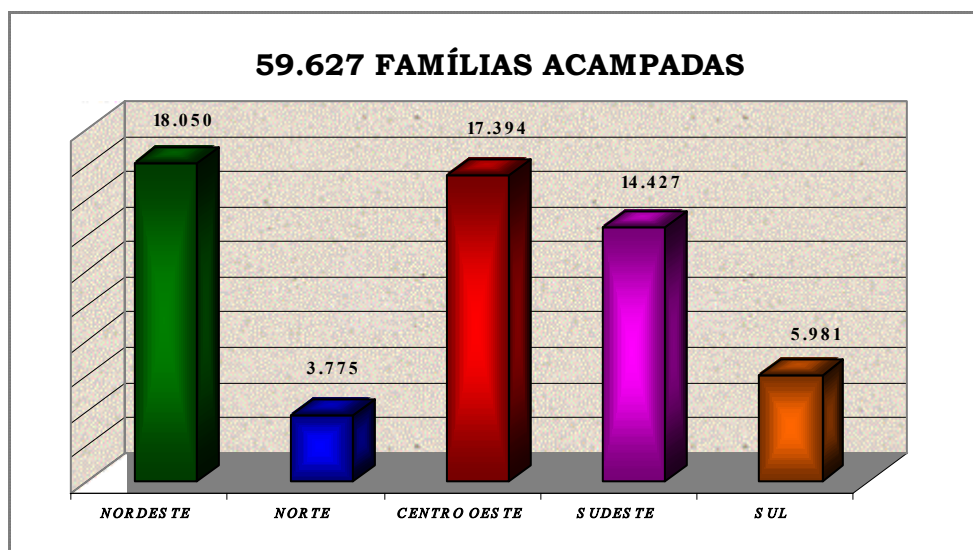
Foram elaborados 479 Planos de Desenvolvimento do Assentamento beneficiando 36.516 famílias, o que representa 98,7% da meta física estabelecida para o exercício.

REGIÃO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
CENTRO-OESTE	5.601
NORDESTE	12.219
NORTE	15.918
SUDESTE	1.191
SUL	1.587
TOTAL	36.516

Assistência Social às Famílias Acampadas

Esta ação apóia a concretização de alguns aspectos da cidadania dos trabalhadores rurais acampados. Os convênios firmados encontram subsídios através da constituição de núcleos de apoio ou balcões de direitos, aptos a proporcionar orientação e assistência jurídica e formativa quanto aos direitos da cidadania; da realização de seminários e cursos específicos para trabalhadores rurais acampados e advogados populares; do custeio de taxas e fotos para documentos dos trabalhadores rurais e aquisição de material para a operacionalização dos núcleos e da atividade jurídica implicada, e de transporte.

Existem 642 acampamentos em todo o território nacional abrigando um contingente de aproximadamente 59.627 famílias, situados às margens das estradas, em imóveis ocupados ou em periferias de municípios. Sabemos que é de fundamental importância a adoção de controle rígido e seguro por parte das autoridades envolvidas na distribuição dos alimentos/medicamentos de modo que possa manter a isenção e transparência no atendimento a situações emergenciais contemplando as famílias que realmente estão desassistidas. Desta forma, em 2002, foram assistidas 28.519 famílias, o que corresponde a 98,61% da meta orçamentária prevista. Em relação à demanda de famílias acampadas, atingimos o percentual de 47,82%, com o recurso disponível.



Fonte: Ouvidoria Agrária do MDA

Perícia Judicial

Esta ação visa o acompanhamento dos processos judiciais de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, que são submetidos a prova judicial, denominada Perícia. Cobrindo despesas com honorários do perito nomeado pelo Juiz responsável pela ação de desapropriação, assim como as despesas com o assistente técnico designado pelo INCRA – Perito Federal Agrário.

A defesa da instituição, quando ocorrem as contestações aos argumentos técnicos e jurídicos apresentados pela Autarquia está relacionada diretamente ao desempenho desta ação.

Foram realizadas 299 perícias judiciais, determinadas pela Justiça, no presente exercício, de um total de 750 estabelecidas na Lei Orçamentária.

Novo Mundo Rural: Consolidação de Assentamentos

O Programa contempla a implantação da infra-estrutura básica (estradas, energia elétrica – rede tronco e abastecimento d'água para consumo humano), assistência técnica e atividades de acompanhamento, para garantir a sustentabilidade e a conseqüente consolidação dos projetos de assentamento

Implantação de Infra-estrutura Básica para Assentamentos Rurais

A ação trata da implantação de obras de infra-estrutura nos projetos de assentamento, visando dar ao projeto as condições mínimas necessárias para organização da vida produtiva e familiar realizada através da disponibilização de recursos para a execução de três tipos de obras: eletrificação rural através de rede-tronco, abastecimento de água para consumo humano e abertura de estradas de acesso ao projeto e às parcelas.

Destacam-se, na área de infra-estrutura, as ações de parceria em andamento com Órgãos Federais, Estados e Municípios.

Acompanhamento da Instalação de Projetos de Assentamentos Rurais

Ação essencialmente desenvolvida junto aos projetos de assentamento, que consiste em trabalhos que visam à instalação das famílias beneficiárias.

Os recursos dessa ação direcionaram-se, basicamente, para a manutenção do Programa Empreendedores Sociais, que conta com 500 servidores do INCRA selecionados e capacitados para o desempenho

de atividades vinculadas diretamente aos projetos de assentamento. São executados trabalhos de caráter interno, caso da fiscalização da aplicação dos créditos, e externo, como por exemplo, a busca de parcerias que agreguem benefícios aos projetos.

Por meio dos Empreendedores Sociais, os assentados passaram a dispor de um apoio forte na busca de alternativas que permitam alavancar o desenvolvimento sustentável de seus projetos, além, de poderem obter informações para o desenvolvimento de suas atividades em todo o ciclo produtivo e comercialização de seus produtos.

Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Destina-se a orientar as famílias de trabalhadores rurais assentados, nos assuntos relativos à implantação e desenvolvimento de culturas e pastagens, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias, bem como ações que estimulem a organização dos assentados.

Foram atendidos 700 projetos de assentamento, beneficiando 56.520 famílias, o que representa 52,7% acima da meta estabelecida para o exercício.

REGIÃO	Nº DE FAMÍLIAS ATENDIDAS
CENTRO-OESTE	3.931
NORDESTE	20.236
NORTE	22.740
SUDESTE	5.223
SUL	4.390
TOTAL	56.520

Emancipação de Assentamentos Rurais

Emancipar os projetos de assentamentos rurais criados até 1998, mediante atendimento complementar, através da execução das ações abaixo detalhadas, que lhes propiciem condições de sustentabilidade, consolidando-os.

Concessão de Crédito - Instalação às Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998

O Crédito Instalação teve seus valores individuais ampliados para R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) por família e está assim caracterizado:

- Apoio à Instalação no valor de até R\$ 1.500,00 por família assentada, para aquisição de alimentos, insumos e ferramentas necessárias ao início da atividade produtiva;
- Aquisição de Material de Construção no valor de até R\$ 3.000,00 por família assentada.

Foram concedidos créditos para apoio à instalação para 10.143 famílias, e para aquisição de material de construção para 29.262 famílias.

REGIÃO	APOIO	HABITAÇÃO (DIRETO INCRA)	HABITAÇÃO (CONVÊNIO CEF)	TOTAIS
CENTRO-OESTE	261	542	11	814
NORDESTE	3.689	5.396	9.277	18.362
NORTE	5.791	13.392	0	19.183
SUDESTE	288	55	0	343
SUL	114	589	0	703
TOTAIS	10.143	19.974	9.288	39.405

Infra - Estrutura Complementar para Emancipação de Assentamentos Rurais Criados até 1998

A ação trata da complementação de infra-estrutura nos projetos de assentamentos criados até 1998, visando proporcionar as condições mínimas necessárias para organização da vida produtiva e familiar, realizada através da disponibilização de recursos para a execução de três tipos de obras: eletrificação rural através de rede-tronco, abastecimento de água para consumo humano e abertura de estradas de acesso ao projeto e às parcelas.

Topografia em Áreas de Assentamentos Rurais Criados até 1998

Essa ação consiste na materialização no terreno das áreas previstas na organização territorial, concebida para o projeto de assentamento (parcelas, áreas comunitárias urbanas ou de exploração agrícola comunitária, áreas inaproveitáveis, de reserva legal ou de preservação permanente, açudes, estradas).

Foram executados 6.844 km de poligonal, beneficiando 19.489 famílias, o que representa 52,7% da meta física estabelecida para o exercício.

Houve um contingenciamento na ordem de 25% dos recursos orçamentários previstos o que comprometeu o atingimento da meta.

REGIÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
NORDESTE	4.274
CENTRO-OESTE	8.546
NORTE	5.725
SUDESTE	181
SUL	763
TOTAIS	19.489

Assistência Técnica e Capacitação de Famílias Assentadas em Projetos Criados até 1998

Os recursos desta ação foram destinados prioritariamente para cobrir as despesas com os convênios firmados com as Agências Regionais de Comercialização – ARCOs.

Estas agências atuam:

- assessorando os grupos de agricultores familiares na comercialização da sua produção;
- organizando comitês regionais de gestão das cadeias produtivas de maior interesse dos agricultores familiares;
- realizando estudos sobre as possibilidades do agronegócio, identificando a situação atual e tendências das cadeias produtivas, indicando novas oportunidades a agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados;
- mobilizando, organizando e capacitando os agricultores familiares e trabalhadores rurais assentados;
- estimulando a articulação dos serviços de assistência técnica e assessoramento de especialistas para questões específicas;
- estimulando a demanda de pesquisa; e
- difundindo tecnologias já disponíveis.

Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais Criados até 1998

A ação Plano de Desenvolvimento do Assentamento Rural é desenvolvida através de um diagnóstico participativo entre a comunidade assentada e a equipe técnica responsável e a elaboração de um plano de desenvolvimento para definir os rumos do desenvolvimento do assentamento e orientar todas as ações a serem implementadas.

Foram elaborados 299 Planos de Desenvolvimento do Assentamento beneficiando 24.336 famílias, o que representa 65,8% da meta física estabelecida para o exercício.

REGIÃO	FAMÍLIAS ATENDIDAS
NORDESTE	11.827
CENTRO-OESTE	1.992
NORTE	9.344
SUDESTE	700
SUL	473
TOTAL	24.336

Gerenciamento da Estrutura Fundiária

Este programa tem por objetivo conhecer a estrutura fundiária do país, permitindo o gerenciamento e planejamento das políticas agrícola e agrária, desenvolvendo-se principalmente pelas seguintes ações:

Georeferenciamento e Levantamento do Uso da Terra

Tem por objetivo localizar geograficamente os imóveis rurais, através da medição e do levantamento do uso da terra com utilização de geotecnologias (Sensoriamento Remoto e Sistema de Posicionamento Global - GPS), melhorando a qualidade técnica e aumentando o grau de confiabilidade das informações do Sistema Nacional de Cadastro Rural.

A necessidade de localizar geograficamente os projetos de assentamentos criados, identificando seus limites, rede hidrográfica e infra-estrutura existente de estradas e rede de energia elétrica, resultou num trabalho de levantamento e geração destas informações. As Superintendências Regionais já possuem a quase totalidade de seus projetos de assentamento georreferenciados. Estas informações permitem maior eficiência no planejamento e execução dos serviços e obras necessários à implantação e consolidação dos projetos, bem como o monitoramento do uso dos recursos naturais em cada área.

Gerenciamento do Cadastro Rural

Esta ação é responsável pelo gerenciamento dos mais de 4,5 milhões de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA – SNCR, com área total de aproximadamente 543 milhões de hectares.

Neste exercício foi implantado novo SNCR, que incorporou um subsistema gráfico, que permite agregar informações georeferenciadas dos imóveis rurais. O sistema já está adequado às exigências da Lei n.º 10.267, de 28/08/2001, que alterou o Registro Público de Imóveis e criou o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, cuja base de informações é o SNCR. Destaca-se como relevante que a mudança implementada irá evitar os problemas jurídicos advindos da superposição de áreas, um dos fatores de geração de conflitos no campo.

Neste mesmo exercício, o INCRA deu prosseguimento às ações de Combate a Grilagem de Terras advindas da Portaria MDA nº 558/99, que determinou o cancelamento dos cadastros dos imóveis rurais com área superior a 10 mil hectares, onde houve a identificação de mais imóveis e uma adequação na área total dos mesmos. A situação em 31 dezembro de 2002 é a seguinte:

SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL DE IMÓVEIS	CORRELAÇÃO %	ÁREA (HA)	%
QUANTIDADE DE IMÓVEIS (A)	(A) = 3.517	(A) = 100,00%	(G) = 120.772.644	(G) = 100,00%
NOTIFICADOS (B)	(B) = 3.267	(B/A) = 92,89%	(H) = 119.361.637	(H/G) = 98,83%
APRESENTARAM DOCUMENTOS (C)	(C) = 2.627	(C/B) = 80,41%	(I) = 95.041.724	(I/G) = 79,63%
ENCERRADOS (D)	(D) = 1.687	(D/C) = 64,22%	(J) = 66.060.371	(J/I) = 69,51%
IRREGULARES (E)	(E) = 331	(E/C) = 12,60%	(L) = 16.674.082	(L/I) = 17,54%
NÃO APRESENTARAM DOCUMENTOS (F)	(F) = 640	(F/B) = 19,60%	(M) = 24.319.913	(M/H) = 20,37%

Fonte: INCRA/Divisão de Ordenamento Territorial – SDTT

Da mesma forma, deu-se continuidade às ações advindas da Portaria MDA nº 596/01, de 5 de julho de 2001, que determinou o recadastramento de imóveis rurais com área total de 5.000 a 9.999 hectares, localizados nos Municípios distribuídos nos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Como consequência da intensificação da fiscalização houve uma adequação quanto ao número de imóveis e respectivas áreas. Os trabalhos estão em execução e apresentam até agora a seguinte situação:

SITUAÇÃO ATUAL	TOTAL DE IMÓVEIS	%	ÁREA (HA)	%
QUANTIDADE DE IMÓVEIS (A)	(A) = 731	(A) = 100,00%	(G) = 4.802.184	(G) = 100,00%
NOTIFICADOS (B)	(B) = 411	(B/A) = 56,22%	(H) = 2.929.996	(H/G) = 61,01%
APRESENTARAM DOCUMENTOS (C)	(C) = 312	(C/B) = 75,91%	(I) = 1.965.071	(I/H) = 67,07%
ENCERRADOS (D)	(D) = 110	(D/C) = 35,26%	(J) = 582.196	(J/I) = 29,63%
IRREGULARES (E)	(E) = 37	(E/C) = 11,86%	(L) = 249.623	(L/I) = 12,70%
NÃO APRESENTARAM DOCUMENTOS (F)	(F) = 99	(F/B) = 24,09%	(M) = 964.925	(M/H) = 32,96%

Fonte: INCRA/Divisão de Ordenamento Territorial – SDTT

Gestão da Política Fundiária

O Programa desenvolve ações que subsidiem a Direção Superior para tomada de decisões de política fundiária.

As ações deste programa são executadas de forma descentralizada, através das várias unidades do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, onde destacamos a ação abaixo descrita.

Acompanhamento de Conflitos e Tensões Sociais no Campo

Esta ação tem como produto Conflito e Tensão Controlada. A Ouvidoria Agrária Nacional se constitui no principal órgão assegurado das ações de prevenção, mediação e resolução de tensões e conflitos sociais no campo.

A meta prevista para este exercício foi de 158 Conflitos e Tensões Sociais no Campo e a Ouvidoria Agrária Nacional interveio na mediação e resolução de 150 eventos, o que significa 95,08% da meta prevista, em todo o território nacional, com a participação direta e indireta nas diversas questões relativas às desavenças agrárias.

Foram acompanhadas e monitoradas 306 manifestações públicas dos movimentos sociais rurais ocorridas durante o ano de 2002, além das atuações diretas na prevenção de conflitos, o que representa um percentual de atendimento de 194% da demanda programada.

Nº DE FAMÍLIAS QUE FORAM ACOMPANHADAS POR REGIÃO

NORDESTE	NORTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
18.050	3.775	17.394	14.427	5.981	59.627

Observamos na tabela acima que existem atualmente no Brasil, 59.627 mil famílias acampadas e este levantamento dos acampamentos existentes nos estados, bem como o número de famílias acampadas e as reivindicações por elas apresentadas, é acompanhado periodicamente, bem como na prestação de serviços como assistência social a estas nos casos considerados emergenciais (alimentos e medicamentos).

Ouvidorias Agrárias Estaduais - Quantas foram instaladas?

Outro fator na prevenção e mediação de conflitos e tensões sociais no campo foi a instalação de Ouvidorias Agrárias estaduais e regionais, Varas Agrárias Estaduais e Federais e designação de Juizes agrários que contam com a estreita cooperação com órgãos governamentais e não-governamentais, com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Secretarias de Segurança Pública, a OAB, as Defensorias Públicas e as Procuradorias Gerais do Estado exigindo o respeito às leis e aos direitos humanos e sociais de todos envolvidos nos embates fundiários.

Foi desenvolvida no ano de 2002 uma nova versão do Sistema de Informações de Conflitos Agrários, o SICA 2.0, que veicula dados “on line” facultando ao Governo Federal e seus parceiros antecipar ações de políticas públicas que eliminam, na fonte, as tentativas de ocorrências conflituosas.

Outra medida que merece destaque foi a implantação do serviço DISQUE TERRA E PAZ (0800-787000) tornando mais ágil o atendimento aos questionamentos de quantos envolvidos em questões agrárias.

Educação de Jovens e Adultos

Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária

Esta ação é executada através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA que tem por objetivo atender a demanda de educação para assentados analfabetos ou com escolarização incompleta, visando contribuir para o melhoramento do nível educacional, utilizando metodologias específicas para o homem do campo, de modo a contribuir para o desenvolvimento rural sustentável.

O Programa está alicerçado em parcerias estratégicas com as instituições de ensino superior, os movimentos sociais, as secretarias estaduais e municipais de educação, as igrejas, as organizações não-governamentais, as associações e cooperativas de produção dos projetos de assentamento.

No exercício de 2002 o Programa atendeu 54.071 alunos, sendo 52.411 (96,93%) em alfabetização e 1.660 (3,07%) em cursos técnicos. Os projetos educacionais foram executados através de convênios plurianuais com as instituições de ensino superior.

DETALHAMENTO	Nº DE PROJETOS EDUCACIONAIS	ALUNOS EM SALA DE AULA
CONVÊNIOS INICIADOS EM 2002	25	20.264
CONVÊNIOS EM ANDAMENTO	45	33.807
TOTAL DE CONVÊNIOS EM EXECUÇÃO	70	54.071

Aplicação dos recursos do PRONERA no exercício de 2002:

DISCRIMINAÇÃO	VALORES EM R\$	%
TOTAL – LOA 2002	11.441.000,00	100
VALOR PROPOSTO NO PL	7.691.000,00	67,22
ACRÉSCIMOS – EMENDAS	3.750.000,00	32,78
VALOR CONTINGENCIADO	1.750.000,00	15,29
LIMITE AUTORIZADO – (85% DA LOA)	9.691.000,00	100
EXECUTADO	9.303.091,48	96,00
VALORES INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR	349.573,72	0,36
NÃO EXECUTADO	38.334,80	0,04

Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra

O BANCO DA TERRA, Programa de crédito fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por objetivo a geração de ocupação e renda no meio rural e a fixação do homem no campo, por meio do acesso a terra e a infra-estrutura básica necessária para a instalação das famílias na área financiada. Essa experiência é reconhecida internacionalmente por países que vieram conhecer a realidade do Programa em alguns empreendimentos já financiados no estado do Ceará. Através de sua metodologia moderna de atendimento aos beneficiários, de maneira pacífica e ordeira, o Programa vem transformando trabalhadores sem-terra em empreendedores rurais, proporcionando a melhoria da qualidade de vida de inúmeras famílias e o desenvolvimento das regiões onde residem. Com isso, vem contribuindo para a quebra do ciclo da exclusão social, gerando emprego e renda no meio rural, tornando-se um dos mecanismos mais importantes para otimizar a melhoria das condições da produção rural, a modernização tecnológica, a fixação do homem no campo, a melhoria do seu bem estar e resgatando, assim, a cidadania no meio rural.

Desde a sua implantação, o BANCO DA TERRA já disponibilizou recursos da ordem de R\$ 939,2 milhões, que proporcionarão o atendimento à quase 50.000 famílias de empreendedores rurais em cerca de 1.300 municípios por meio das 72 Agências do Banco da Terra, localizadas em todas as regiões do País.

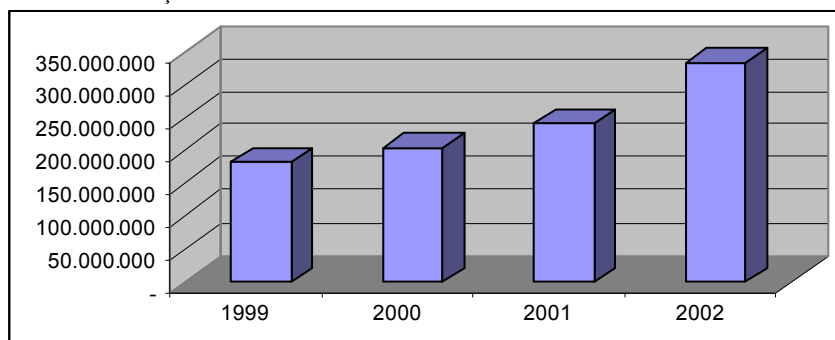
A operacionalização do Programa Banco da Terra se dá totalmente descentralizada, onde os Estados e Associações de Municípios devem estruturar uma Agência Estadual ou Regional, capaz de executar o Programa Banco da Terra em sua área de atuação.

Outro aspecto importante é a flexibilidade e a transparência, já que é o próprio beneficiário quem escolhe e negocia, diretamente com o vendedor, a propriedade que deseja comprar para o desenvolvimento da atividade produtiva, seja ela ligada à agricultura, pecuária, turismo rural ou artesanato.

Para tornar esse processo ainda mais transparente, a Carta Consulta, que é o instrumento inicial para ter acesso ao Programa, deverá ser apreciada pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS, que se manifestará, favoravelmente ou não, a respeito da sua elegibilidade, incluindo-se o valor. Outro mecanismo eficiente, obrigatório no processo de aquisição do crédito fundiário, é a Audiência Pública, que deve contar com a participação da sociedade civil, tornando ainda mais transparente os procedimentos adotados.

Ao final do processo, temos o Projeto de Financiamento, que é elaborado por um técnico devidamente habilitado e cadastrado pelas Agências Estaduais ou Regionais do Banco da Terra, que fará uma avaliação do imóvel rural a ser adquirido. Em seguida, o Comitê Técnico da Agência do Banco da Terra, de forma criteriosa, deve proceder à análise e emitir um parecer final quanto aos aspectos agrônômicos, financeiros e ambientais do Projeto de Financiamento.

ORÇAMENTO DO FUNDO NO PERÍODO DE 1999 A 2002



O Orçamento Geral da União do ano 2002 destinou ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária - BANCO DA TERRA em 2002, recursos da ordem de R\$ 332.780.000,00, proveniente Programas Novo Mundo Rural – Assentamento de Trabalhadores Rurais e Novo Mundo Rural – Consolidação de Assentamentos, distribuído para as seguintes ações:

- de Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais (R\$ 247.500.000,00); e,
- e de Concessão de Crédito para Implantação de Infra-estrutura Básica – Banco da Terra (R\$ 85.280.000,00).

Cabe destacar que na Ação, Concessão de crédito para Aquisição de Imóveis Rurais que possui recursos totais de R\$ 247.500.000,00, existe uma subdivisão orçamentária, sendo:

- Programa Banco da Terra R\$ 156.000.000,00; e,
- Contrapartida de Empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Acordo nº 7037/BR) R\$ 91.500.000,00.

Os recursos destinados às Ações de Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais – Programa Banco da Terra e Concessão de Crédito para Implantação de Infra-Estrutura Básica – Banco da Terra foram, na sua totalidade, empenhados e liquidados no exercício de 2002.

Foram adquiridos, na ação específica, (Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais – Banco da Terra) cerca de 199.945 hectares, apresentando uma média de 17 hectares por família, refletindo o tamanho médio dos empreendimentos financiados nas 5 (cinco) Regiões do País, onde o Programa atua.

Quanto à Ação Concessão de Crédito para Infra-estrutura Básica, os recursos alocados estão propiciando o atendimento de 11.734 famílias, o que representa 56% da meta prevista no PPA, que é de 20.800. A diferença em relação à meta programa deve-se ao fato da projeção do número de famílias ter com base a média de execução dos Estados do Norte e Nordeste do país, que está abaixo do que realmente vem sendo praticado nos demais estados.